

REFORMA DO PCCV AVANÇA



EM MARÇO, DIREÇÃO DA ALEMA SE COMPROMETEU A APRESENTAR UMA CONTRAPROPOSTA AOS SERVIDORES. NOVA NEGOCIAÇÃO SOBRE O PCCV ESTÁ AGENDADA PARA OS PRÓXIMOS DIAS.

O Sindsalem convoca os servidores do legislativo estadual para a assembleia geral que será realizada na terça-feira (15/07), às 10h, no Plenarinho.

O objetivo da assembleia é discutir a contraproposta do presidente Arnaldo Melo sobre as reivindicações da categoria, como a criação da comissão paritária para discutir a reforma do PCCV.

A contraproposta deverá ser apresentada em reunião agendada para os próximos dias, conforme garantiu José Carlos Martins, chefe de gabinete do presidente Arnaldo Melo.

Durante a assembleia geral, os servidores vão decidir, ainda, se o Sindicato deve ou não se desfiliar da Fenale.

REIVINDICAÇÕES

Além reforma do PCCV, com aplicação a partir de maio de 2015, os servidores reivindicam a manutenção do plano de saúde dos novos aposentados por um período de

tempo determinado, o pagamento do tíquete-alimentação durante o mês de férias e em licenças de até 30 dias.

PROMESSA

O Sindsalem espera que o presidente Arnaldo Melo cumpra a promessa feita no último mês de março, quando se comprometeu a criar, ainda neste semestre, a comissão paritária sobre a reforma do PCCV. A expectativa da categoria é positiva.

Vale ressaltar que os servidores fizeram a sua parte no acordo com o presidente quando interromperam as manifestações e aceitaram, inicialmente, apenas o reajuste inflacionário de 6,34%.

Cabe agora, ao presidente, negociar as demais pautas, valorizando os servidores, sobretudo, com salários dignos e justos. Caso contrário, a única saída será retomar e intensificar a luta.

Servidor, compareça à assembleia do dia 15 de julho, no Plenarinho!

DIREITO DO SERVIDOR

SERVIDOR, CAPACITE-SE E USUFRUA DOS ADICIONAIS DE QUALIFICAÇÃO

Em rodada de negociação realizada no mês de março, o Sindsalem conquistou um reajuste significativo nos adicionais de qualificação dos servidores do legislativo estadual.

No entanto, para usufruir deste direito e do incremento salarial que ele garante, o servidor precisa investir na sua qualificação profissional e comprová-la junto à Alema.

Segundo a nova tabela de valores acordada com o Sindicato, o adicional mensal de quem possui doutorado subiu para R\$ 800, mestrado R\$ 600, especialização R\$ 400, graduação R\$ 200 e curso de capacitação R\$50. Este último com limite de um por ano, sendo possível acumular três ao longo da carreira.

Vale ressaltar que estes adicionais não são cumulativos entre si. Por exemplo, quem é mestre e doutor não receberá R\$ 1.400 por mês (mestrado + doutorado), mas apenas o adicional de doutor, isto é, R\$ 800.

Diante disso, o Sindsalem orienta os servidores a buscarem a qualificação visando, não somente o aumento no salário, mas o crescimento profissional e pessoal, pois o conhecimento é um importante diferencial no trabalho e na vida. Para mais informações, procure o Sindicato.

ATENÇÃO, SERVIDORES!

CONSALEM E REFORMA DO ESTATUTO EM PAUTA

No início de julho, o Sindsalem deve realizar uma nova assembleia geral para discutir a organização do VI Congresso dos Servidores da Assembleia Legislativa do Maranhão (Consaalem).

Na ocasião, também serão votadas propostas de reformas no Estatuto do Sindicato, além de outros temas.

O Sindsalem ressalta que, nesta edição do Consaalem, os delegados serão eleitos nos locais de trabalho,

diferentemente dos anos anteriores.

Por isso, o servidor deve ficar atento ao calendário que será divulgado em breve pela Comissão Organizadora do evento. **É importante que o servidor participe como delegado, pois só assim ele terá direito a voto nas discussões em pauta.**

Sobre as reformas no Estatuto, o Sindsalem recomenda que os servidores leiam o documento, preparem suas propostas de reforma e apresen-

tem para votação no Consaalem, que é realizado, todos os anos, no mês de outubro. Para mais informações, acesse www.sindsalem.org.br.

PEGUE A VERSÃO IMPRESSA DO ESTATUTO NO SINDICATO OU BAIXE A VERSÃO DIGITAL EM WWW.SINDSALEM.ORG.BR!

O CONTO E O PONTO: INCOERÊNCIAS E CONTRADIÇÕES NA GESTÃO DE RH DA ALEMA NO CONTROLE DE FREQUÊNCIAS DE SERVIDORES

"PORQUE O REI FAZIA QUESTÃO DE QUE SUA AUTORIDADE FOSSE RESPEITADA. NÃO TOLERAVA DESOBEDIÊNCIA. ERA UM MONARCA ABSOLUTO. MAS, COMO ERA MUITO BOM, DAVA ORDENS RAZOÁVEIS. "SE EU ORDENASSE", COSTUMAVA DIZER "QUE UM GENERAL SE TRANSFORMASSE NUMA GAIVOTA, E O GENERAL NÃO ME OBEDECESSE, A CULPA NÃO SERIA DO GENERAL, SERIA MINHA?". [...] É PRECISO EXIGIR DE CADA UM, O QUE CADA UM PODE DAR — A AUTORIDADE SE BASEIA NA RAZÃO. SE ORDENARES A TEU POVO QUE ELE SE LANCE AO MAR, TODOS SE REBELARÃO. EU TENHO DIREITO DE EXIGIR OBEEDIÊNCIA PORQUE MINHAS ORDENS SÃO RAZOÁVEIS." ANTOINE DE SAINT-EXUPÉRY — O PEQUENO PRÍNCIPE.

Não existe o que se questionar quanto a legitimidade da assinatura do ponto como registro de entrada e saída dos servidores. Aliás, é importante ressaltar que o Sindsalem é totalmente favorável à assinatura do ponto, defendendo, inclusive, que esse controle seja aprimorado e ampliado de maneira justa e igualitária a todos os servidores, incluindo-se diretores e servidores comissionados. A pergunta que não quer calar é porque uns sim e outros não? Não questionamos a ação em si, questionamos a forma como a ação vem sendo praticada nos últimos dez meses, mais precisamente, depois da manifestação feita pelos servidores no portão principal da Alema para reivindicar a reforma do PCCV em agosto de 2013.

Edimar Moraes e Iracema Mendes são servidores da Assembleia Legislativa do Maranhão há 30 e 33 anos respectivamente. São servidores com um histórico de bons antecedentes e que honram os cargos que ocupam. Mas, num belo dia, eles esqueceram de assinar a folha de frequência e tiveram seus pontos cortados e os valores referentes descontados dos seus salários.

Eles não faltaram, eles esqueceram de assinar, mas não houve uma notificação, uma advertência, um pedido de explicação, uma conversa, nada! Só a surpresa do desconto no contracheque. Bom, só esquece de assinar o ponto quem trabalha. Quem não pisa na Assembleia dispõe de toda uma gama de subterfúgios e maracutaias para que a folhinha de frequência esteja lá devidamente assinada todos os dias.

Se a Diretoria de Recursos Humanos (DRH) não tem meios para fiscalizar o fato, deveria pelo menos ser mais complacente com aqueles que trabalham honestamente e que, em determinado dia, estavam ocupados demais ou preocupados demais e se distraíram esquecendo de assinar o ponto. Crime punido com desconto no salário sem o benefício da dúvida. O valor descontado em nada beneficiou o orçamento da Assembleia, mas sabe-se, com certeza, o quanto prejudicou o orçamento familiar do pai e da mãe de família que tiveram seus salários descontados.

Os servidores efetivos estão aterrorizados. Uma visita rápida a qualquer setor da Alema, permite a visualização da busca frenética pela folha de frequ-

ência. Durante a greve de ônibus, alguns setores, como a Escola do Legislativo, cortaram o ponto de servidores que, por não terem carro, não conseguiram chegar ao trabalho. Felizmente, o desconto não foi feito na folha de pagamento porque pelo menos dessa vez o bom senso prevaleceu, mas não antes da servidora dar muitas explicações e justificativas sobre o fato que estava sendo noticiado em rede nacional. Bom, é possível que a coordenadora do setor não seja assim tão bem informada, lembrando que só é possível exigir de cada um, o que cada um é capaz de dar.

Qualquer manual básico de gestão de pessoas mostra que essa não é a forma mais adequada de motivação para o trabalho, pois como bem destacou a epígrafe que inicia essa matéria, toda autoridade deveria se basear na razão. Nos últimos dez anos, o controle de ponto nunca foi tão rígido. Só foi rígido para alguns, para aqueles que não tem apadrinhamento político. Importante lembrar, ainda, DRH, que rigidez é diferente de rigor e que isso também consta nos manuais básicos de gestão. Por fim, os servidores efetivos, que efetivamente trabalham, estão tristes e amedrontados.

COPA DO MUNDO

A COPA DO MUNDO É REALMENTE NOSSA?

O Brasil está sediando a Copa do Mundo. Nosso povo gosta de futebol e quer apoiar a seleção brasileira. O governo e a mídia tratam de transformar tudo em uma grande festa nacional e internacional.

Mas nada disso pode esconder uma certeza: o Brasil vai se consagrando como campeão da desigualdade, injustiça, exploração e violência contra seu próprio povo.

Estamos convivendo com o caos na saúde pública, o descaso com a educação, a precariedade do transporte e dos serviços públicos, assim como a falta de moradia e de terra para plantar e produzir alimentos.

Desde junho do ano passado este tem sido o grito cada vez mais alto dos

trabalhadores e da juventude brasileira. Os governos — Federal, estaduais e municipais — não atendem às reivindicações dos que lutam. Nunca têm verbas para atender às necessidades do povo.

Para as grandes empresas nunca faltam recursos. O governo isenta as empresas de pagarem impostos e, todos os anos, repassa quase metade do orçamento para os banqueiros por meio do pagamento da dívida pública. Além disso, o patrimônio público é privatizado e entregue aos empresários, do petróleo aos portos, aeroportos e estradas.

A Copa do Mundo é mais uma expressão desta política desigual que privilegia poderosos e impõe situação de penúria a maioria da população. O Governo Federal e os governos esta-

duais estão gastando mais de R\$ 34 bilhões com a construção e reforma de estádios, aeroportos e outras obras para a Copa. Dinheiro colocado nas mãos de empreiteiras, enquanto a população pobre é despejada de suas casas para dar lugar a essas obras.

Diante disso, a diretoria do Sindsalem repudia a atitude dos governantes e se solidariza com os trabalhadores deste país, que apesar de torcerem pela seleção brasileira, são contra os gastos exorbitantes e a corrupção praticados na construção das arenas para a Copa do Mundo.

EXPEDIENTE

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS SERVIDORES DA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO MARANHÃO

Tiragem: 350 exemplares